

-----ATA NÚMERO 19/2017-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM DEZOITO DE MAIO DO ANO DOIS MIL E  
DEZASSETE.**-----

-----Aos dezoito dias do mês de maio do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício Sede da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: João José Sales Fernandes Correia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes ainda, os Senhores Rui Anacleto Mendes Alves e Luis Miguel Castro Rosa, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e José Manuel Sousa Rodrigues, do PSD e CDS/PP, respetivamente, bem como a Senhora Alicia Maria Faria Abreu, da Coligação Mudança, que preenche, ao abrigo da mesma disposição legal, a vaga ocorrida nesta reunião pela ausência do Senhor Vereador

Domingos Manuel Martins Rodrigues.-----

---Também estiveram presentes os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e Paulo Pereira e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Sandra Silva e Mabely Moreira.-----

---Estiveram igualmente presentes, no início desta reunião, e antecedendo o período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, a Secretária da mesma, Maria Isabel da Silva Barros de Freitas e o Tesoureiro Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso.-----

---Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, agradecendo ao Executivo da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria a oportunidade da realização da reunião camarária na suas instalações e no âmbito da iniciativa “Presidências Abertas”, com visitas planeadas a todas as juntas de freguesias do Concelho, com contactos quer com as populações quer com as entidades, permitindo assim um melhor conhecimento das necessidades dos residentes no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida e apreender também o trabalho realizado por aquela Junta.-----

---Dando início à sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, Gonçalo Aguiar, agradeceu a presença do Senhor Presidente e de todos os Vereadores e começou por apresentar a equipa do Executivo

presente, tendo feito um pequeno enquadramento histórico e geográfico da freguesia, predominantemente habitacional, com pequeno comércio essencialmente familiar e sem uma centralidade definida. Referiu que, aquando das eleições de dois mil e treze, assumiram vários compromissos com a população, salientando a presença ativa daquela Junta junto da mesma.-----  
---Acrescentou também que, a nível da página na internet da Junta de Freguesia e nas redes sociais são dinâmicas e inovadoras, assim como uma presença ativa junto da população através da dinamização de atividades procurando resolver os anseios e preocupações dos munícipes. Outro aspeto assumido foi o da justiça social, com a elaboração de critérios para a atribuição de apoios. Disse que “foram realizados novos regulamentos e hoje em dia, muito rapidamente se procede à análise dos pedidos de apoio. Quero salientar igualmente o programa de apoio à recuperação das habitações degradadas, em estreita colaboração com os serviços de urbanismo da Autarquia, bem como o apoio a vinte estudantes do ensino superior, pertencentes a famílias mais carenciadas e também o apoio alimentar. Menciono igualmente a constante manutenção e limpeza dos becos e veredas da freguesia, realçando a dinamização de atividades e eventos em infraestruturas da freguesia como jardins e outros espaços públicos, oferecendo condições para a sua utilização por parte de várias entidades”.-----  
---Agradeceu depois o facto de a Câmara iniciar brevemente as obras de requalificação da antiga escola, permitindo a passagem

das instalações da Junta de Freguesia e a criação de um Centro Cívico o que permitirá a oferta de melhores e novos serviços à população.-----

---Continuando, salientou a articulação da Junta com algumas associações que trabalham com voluntariado, realçando o trabalho realizado com a Associação Monte Amigos e com a Pastoral Universitária.-----

---De seguida, referiu: “Relativamente ao apoio familiar, quero frisar que foram concedidos, no ano transato, mais de trinta mil euros em vales, que são utilizadas pelas famílias na aquisição dos produtos alimentares nos estabelecimentos comerciais da freguesia, dinamizando assim o comércio local. Também nos casos de apoio à recuperação de prédios, existe sempre a tentativa que as empresas prestadoras dos serviços sejam da freguesia. Quero realçar a estreita colaboração entre a Junta e os vários departamentos da Câmara na resolução dos problemas da população e da freguesia. A Junta recebe verbas da Câmara Municipal, ao abrigo dos contratos interadministrativos e delegação de competências, e no ano transato foi recebido cerca de oitenta e sete mil euros, o que representa cerca de 48% do orçamento da Junta, sendo que estas verbas servem para apoiar instituições da freguesia no âmbito do desporto, educação, social e também na cultura para que possam exercer um melhor trabalho junto da população carenciada. Em termos de despesa, a Junta gasta, só para o seu funcionamento, cerca de setenta e sete mil e

quinientos euros e as Juntas não podem agir apenas com as verbas do Governo Central, sendo que são estes contratos que viabilizam a intervenção na resolução de algumas necessidades e na realização de atividades várias. Quero acreditar que as Juntas de Freguesia deveriam ter mais competências que implicam também mais recursos para exercer a sua ação, competências estas que também poderão ser delegadas pelo Governo Regional”.--

--- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, começou por cumprimentar o Executivo e agradeceu a receção bem como toda a explicação fornecida sobre as atividades e iniciativas implementadas na freguesia. Relativamente aos apoios sociais, já existentes, disse que há mais necessidades e urge definir critérios e objetivos na questão dos apoios.-----

---Sobre a questão específica dos apoios sociais, referiu: “Foi mencionado o apoio à reabilitação e apoios a instituições locais. Pelo facto de a Câmara também ter regulamentos próprios entre os quais o PRESERVA e do apoio financeiro a atividades de interesse municipal, questiono se a Junta de Freguesia também recorre a estes ou se encaminha as pessoas e/ou instituições para receberem esse apoio e, saber se não existem sobreposição, uma vez que os recursos são poucos e será importante que todos sejam contemplados. Gostaria de saber também o ponto de situação relativo à prestação do serviço de transportes públicos nalgumas zonas, nomeadamente das Lajes, onde segundo parece existem algumas carências. Acho ainda interessante a iniciativa da

distribuição de vales para serem utilizados em estabelecimentos da freguesia, o que é de louvar. Por último e quanto às obras da nova Junta de Freguesia, gostaria de saber o desenrolar das mesmas”.--

--- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Luís Miguel Rosa, do CDS/PP, opinou que “É salutar estas aproximações às Juntas de Freguesia, quer por parte do Executivo quer por parte dos restantes Vereadores, e por isso deixo uma palavra de apreço por estas iniciativas e faço votos para que no futuro se consiga a continuação desta cooperação entre as Juntas e a Autarquia. Foi referida a questão da alteração de competências das Juntas, e, neste âmbito, e por se tratar de uma freguesia predominantemente habitacional, questiono se dentro das competências da Junta e em conjunto com a Câmara, o que terá sido feito para atrair um maior número de pessoas para a freguesia e para a dinamização do comércio e se terá havido um aumento ou decréscimo da população. Informo ainda que, neste momento, está a ser discutido na Assembleia da República uma proposta para uma maior atribuição de competências, inclusive financeira, para as Juntas de Freguesia. Gostaria de ser informado, neste sentido, se já houve alguma informação ou se já foram inquiridos a se pronunciar”.-----

--- - Intervindo, por sua vez, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, agradeceu a disponibilidade do Executivo, referindo que estas reuniões permitem um conhecimento mais aprofundado dos problemas das populações. Disse que “estas reuniões não se iniciaram com este Executivo, já que, e por proposta da CDU,

aconteceram igualmente no último mandato do anterior executivo, não retirando o mérito às atuais Presidências Abertas que têm tido outra envolvimento e dinâmica. No respeitante às Juntas, é nosso entendimento, serem um dos órgãos autárquicos particularmente importantes para as cidades pela proximidade com as pessoas e pelo facto de sentirem os problemas e necessidades e sempre foram defensores que, independentemente das competências que a Lei já confere às Juntas de Freguesia, que as Câmaras Municipais deveriam descentralizar competências nestas que só são concretizáveis com a transferência de meios financeiros. Relativamente a esta freguesia, refiro alguns problemas do ponto de vista social, onde existem bolsas de pobreza reconhecidas, e daí a necessidade de aumentar o volume de apoio social que refletem o envelhecimento da população, as reformas baixas e o desemprego, que embora não dependam nem das Juntas nem das Câmaras, pelo menos no combate ao desemprego possam ter um papel na dinamização económica reconhecendo que os apoios a ser dados têm que ser cuidadosos. Refiro também a falta de uma centralidade na freguesia que eventualmente poderá desenvolver-se à volta das novas instalações da Junta cujos serviços poderiam ser alargados com parcerias com a Segurança Social e com os Correios, tentando criar uma centralidade útil à população. Quero colocar também outras questões já faladas, como a questão dos transportes públicos nas Lajes, problema do estacionamento na berma da estrada com a possibilidade da criação de pequenos parques de

estacionamento e a conseqüente formação de condições para a mobilidade nos transportes públicos, bem como a falta de paragens cobertas, nomeadamente nas zonas mais altas da freguesia. Acerca do Bairro da Penha de França e na medida em que irá avançar a construção de novos fogos nos Viveiros para realojamento destas famílias, questiono acerca deste espaço nobre da freguesia e qual a perspetiva de ser criada naquela zona uma estrutura de habitações com alguns serviços à população. Quanto à limpeza, alerto para a necessidade de intervenção no Beco do Velosa, já que a norte existe um terreno particular que foi afetado pelos incêndios de agosto passado, mas que, nesta altura, já possui muito matagal e proliferação de ratazanas que estão a conduzir a outros problemas de saúde pública a quem circula neste beco, devido à existência de carrapatos, pelo que se deveria notificar o proprietário a proceder á sua limpeza e efetuar uma ação de desinfestação na zona. Por último, questiono a avaliação da Junta à recolha seletiva nos bairros residenciais da freguesia”.

--- - Tomando a palavra, o Senhor Presidente começou por realçar a boa articulação entre a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria e a Autarquia na resolução dos problemas comuns, referindo que a ação da Câmara era pautada por um tratamento igual com todas as Juntas. Disse ainda que “se as Juntas dependessem só das verbas transferidas por via do Orçamento de Estado, simplesmente serviriam para os serviços de funcionamento mínimos, o que é inconcebível para o poder local. A



perspetiva é de que mais do que falar de regionalização será necessário falar de municipalização. Esta transferência de competências não deverá ser impositiva e deverá ser acompanhada de uma transferência de recursos humanos e financeiros exequíveis. Na verdade, as Autarquias e Juntas já se substituem nalgumas competências que deveriam ser efetuadas pelo Estado. No caso desta freguesia, realço o cuidado com os espaços públicos e com a sua população, enaltecendo aqui o trabalho executado pelo Executivo da Junta e do rigor implementado na gestão financeira e na boa execução no cumprimento dos acordos de execução e inter administrativos, realçando o apoio social nas suas várias vertentes e com vários programas e não comungo da preocupação de duplicação de apoios, expressa pela Vereadora Vanda de Jesus, até porque se as pessoas recorrem a várias instituições é que necessitam. É sim necessário que existam critérios objetivos para a concessão dos apoios e que sejam controláveis e complementares. No que respeita à Câmara e no que se refere à transferência de verbas, tem existido uma inquietação pelo facto de não haver uma centralidade e a preocupação em reabilitar o edifício da antiga escola é mais um contributo para a dinamização de atividades naquela zona e serão criados mais espaços para atividades culturais e de lazer, com a implementação de um centro cívico aberto à população e instituições bem como a criação de estacionamento que possibilitarão uma maior utilização dos espaços circundantes. Quero realçar ainda o apoio da Autarquia ao

associativismo, dando, a título de exemplo, o Clube Carvalheiro que concorreu a um apoio destinado ao arranjo do piso, mas o restante será financiado pela Câmara. Relativamente ao Bairro da Penha de França, informo que já foi adjudicada a obra aguardando, neste momento, pelo Visto do Tribunal de Contas, bem como o início da execução das obras na Quinta Falcão. Ainda relativamente ao Bairro de França saliento que as famílias têm sido devidamente acompanhadas e esclarecidas. Sobre o espaço que resultará da demolição do mesmo, ainda não existe qualquer decisão, mas informo que toda a Vereação, a cidade e a freguesia serão envolvidas na discussão. Quero também salientar que está em processo de adjudicação a obra de pavimentação da Rua da Levada de Santa Luzia”.

--- - Intervindo novamente, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou se a Autarquia teria conhecimento da existência de umas grutas no Bairro da Penha de França, que estariam novamente a ser habitadas e da ligação entre o Beco da Penha de França e o Caminho dos Saltos.

--- - Esclarecendo a questão dos apoios sociais, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse concordar com a atribuição dos mesmos como complemento, alertando, no entanto, para a sobreposição dos apoios concedidos.

--- - Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Gonçalo Aguiar, esclareceu que, relativamente aos apoios existe uma articulação com todas as entidades, dando o

exemplo da conexão direta com a segurança social, da mesma forma que no que diz respeito à reabilitação, há um entendimento muito direto com a Câmara já que as verbas disponibilizadas pela Junta não são avultadas e o apoio é para uma ação concreta sendo que muito dificilmente existe uma sobreposição de apoios.-----  
---Prosseguindo, disse: “Ainda relativamente aos apoios e no que concerne às Instituições é concedido de uma forma muito concreta, mediante a realização de protocolos e às atividades que serão realizadas no âmbito do mesmo, existindo, regra geral, algumas contrapartidas, dando o exemplo de uma parceria com a Escola Bartolomeu Perestrelo, em que são cedidos os espaços para as aulas de informática assim como o recinto para atividades físicas. Quanto à questão dos transportes públicos nas Lajes, tem sido uma matéria estudada desde que tomamos posse e foram desde logo realizadas ações junto da Empresa Horários do Funchal no sentido de serem efetuados testes, tendo os mesmos concluído que era de difícil concretização devido à inclinação e às curvas e contracurvas, e, a ser possível, seria através de um trajeto alternativo que implicaria a retirada de muitos dos estacionamento existentes na berma da estrada. Será necessário estudar um meio-termo de forma a satisfazer as necessidades dos moradores e importa encontrar uma solução com a averiguação de locais para possível estacionamento e que implicará custos que a Junta de Freguesia não poderá assumir pelo que o Governo Regional deveria ter um papel mais relevante nesta questão.

Relativamente às obras da nova Junta de Freguesia, aguardaremos pela sua conclusão e iremos tentar a dinamização de toda a envolvente. Nas questões relativas à dinamização do comércio, as ações tomadas são as possíveis, dentro das competências da Junta e foi a política adotada por este Executivo, dando primazia aos pequenos comerciantes da freguesia. Informo também que a população tem diminuído ao longo dos últimos anos, seguindo a mesma tendência de outras freguesias da cidade. Relativamente à delegação de mais competências nas freguesias vai de encontro ao pretendido mas terá de ser feita de forma coerente e com os meios que a tornem exequível e, neste sentido, as Juntas de Freguesia foram consultadas no âmbito da proposta que está a ser discutida na Assembleia da República. No que respeita aos apoios alimentares procura-se e tem-se conseguido dar resposta às solicitações que têm vindo a ser feitas. No que concerne às paragens cobertas estarão já identificadas um conjunto que poderá vir a ser beneficiadas e outras que não porque o espaço assim não o permite. Em relação ao Bairro da Penha de França é de todo o interesse da Junta acompanhar este processo e o que daquele espaço poderá advir. Relativamente ao Beco do Velosa mandarei averiguar a situação e se existe alguma reclamação específica sobre este terreno. Sobre a recolha seletiva de resíduos quero informar que tem havido uma dinâmica por parte da Câmara na colocação de novos ecopontos, existindo neste sentido uma articulação direta com o Departamento de Ambiente.”-----

--- - Finalizando, o Senhor Presidente da Junta, congratulou-se com a pavimentação da Rua da Levada de Santa Luzia, reivindicação antiga da população.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 - REGULAMENTO INTERNO:**-----

----- - **Projeto de Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal:** - O Senhor Vereador da Mudança, Domingos Rodrigues, apresentou a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: a) O Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal foi criado em julho de 2016, através de deliberação da Câmara Municipal do Funchal e sucede aos Bombeiros Municipais do Funchal, cuja fundação remonta a 24 de setembro de 1888, data em que foi aprovada a sua criação, em sessão extraordinária da Câmara Municipal; b) Ao longo da sua existência, este Corpo de Bombeiros teve vários modelos organizacionais e regulamentares. Neste último caso, o anterior regulamento interno, que se denominava “Regulamento Geral do Corpo Municipal de Salvação Pública do Funchal”, data de 1955 e encontra-se em situação de

caducidade, face às inúmeras alterações legislativas e regulamentares, nomeadamente após o preceituado no artigo 30º. do Anexo do Decreto Legislativo Regional nº. 14/2016/M, de 11 de março, que republica o Decreto Legislativo Regional nº. 22/2010/M, de 20 de agosto, e que aplica à Região o Decreto-Lei nº. 248/2012, de 21 de novembro, em tudo o que não contrarie o disposto no diploma supra citado, sem prejuízo do exercício de iniciativa legislativa própria quanto à sua adaptação ou aprovação de regulamentação específica; c) O Decreto-Lei nº. 248/2012, de 21 de novembro, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional nº. 14/2016/M, de 11 de março, que republica o Decreto Legislativo Regional nº 22/2010/M, de 20 de agosto, aprovou um novo modelo de Regulamento dos Corpos de Bombeiros, que importa acompanhar, uma vez que introduziu diversas alterações no regime instituído, algumas das quais com incidência direta no Corpo de Bombeiros Profissional desta Câmara Municipal; d) Face aos supra mencionados considerandos, torna-se fundamental emanar um novo diploma que acolha o novo modelo organizacional bem como todo o citado enquadramento legislativo. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, ao abrigo da competência de aprovação dos regulamentos internos da Autarquia, que lhe é cometida pela segunda parte da alínea k), do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibere o seguinte: a) Submeter o Projeto de Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros Sapadores do

Funchal, anexo e parte integrante da presente deliberação, à apreciação e recolha de contributos, por um prazo de 30 dias úteis, das entidades infra referenciadas: - STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins; - Sintap – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública; SNBP – Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais; - Federação de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira; ANBP – Associação Nacional de Bombeiros Profissionais; SRPC – Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM; Liga dos Bombeiros Portugueses. b) Conferir a possibilidade aos membros do Corpo de Bombeiros Sapadores do Funchal, por um prazo de 30 dias úteis, de emitirem pronúncia, caso assim o pretendam, sobre o aludido projeto de regulamento, devendo para o efeito o mesmo estar disponível no Quartel e sede daquela unidade operacional”.

--- - Intervindo sobre este assunto, a Senhora Vereadora do PSD, Vanda de Jesus, informou que o sentido de voto será de abstenção devido ao facto de existir uma consulta prévia a vários organismos pelo que tomarão uma decisão final após conhecimento destes pareceres.

--- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse existirem certas questões que suscitem algumas dúvidas legais, no entanto, era importante ter conhecimento dos pareceres das instituições que serão ouvidas, remetendo uma posição final para aquando da discussão do documento final.

--- - Colocada à votação, foi aprovada por maioria, com abstenção do PSD e CDU.-----

**2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----**

----- - **Empreitada para a “Recuperação de Percursos Pedestres no Parque Ecológico do Funchal” – Aprovação da Minuta do Contrato:** - Foi unanimemente aprovada, a minuta do contrato a celebrar com a Sociedade “Critério de Escolha, Lda.” adjudicatária da empreitada em epígrafe, pelo valor de € 361.672,81 (trezentos e sessenta e um mil seiscentos e setenta e dois euros e oitenta e um cêntimos).-----

----- - **Projeto de Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Rua Dr. Pestana Júnior – Adjudicação:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar o “Projeto de Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Rua Dr. Pestana Júnior” à empresa JetSJ Geotécnica, Lda., pelo valor de € 28.000,01 (vinte e oito mil e um cêntimo de euros), acrescido de IVA á taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de noventa (90) dias, nos termos do relatório final.-----

----- - **Projeto de Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro – Adjudicação:** - Em presença do respetivo processo, para a execução do “Projeto de Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro”, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar, nos termos do relatório final, à empresa JetSJ Geotécnica, Lda., pelo valor de € 21.000,01



(vinte e um mil e um cêntimo de euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de noventa (90) dias.-----

----- - **Projeto de Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho Comandante Camacho de Freitas, junto à Socipamo – Aprovação do Anteprojeto:** - Em

face do respetivo processo e de acordo com o proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref<sup>a</sup>. 97/JP/DIE/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o anteprojeto da “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho Comandante Camacho de Freitas, junto à Socipamo”, pelo valor estimado de € 1.417.000.00 (um milhão quatrocentos e dezassete mil euros).-----

**3 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:**-----

----- - **Fundação Salesianos:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do apoio financeiro de acordo com a proposta de deliberação submetida pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, que abaixo se transcreve:-----

---“Considerando que: 1. Conforme o estatuído na alínea u) do n° 1 do art° 33° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, constituem incumbências das câmaras municipais apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; 2. Nos termos da alínea o) da mesma Lei, compete igualmente à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e

organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; 3. Nos termos do n.º 2, do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal, o prazo estabelecido no n.º 1 desta norma, pode ser dispensado nos pedidos de apoio a projetos e atividades cuja ocorrência não era exetável até à data ali estipulada e podem ser apresentados ao Município do Funchal a todo o tempo, desde que razões de interesse municipal devidamente fundamentadas o justifiquem; 4 - A Fundação Salesianos entregou um pedido de apoio financeiro para a realização do Concerto Solidário “DiFErente”, cumprindo o previsto no n.º 2 do art.º 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal, conforme comprovado em documentos anexos; 5 - A realização deste evento permite à comunidade escolar da Escola Salesianos de Artes e Ofícios do Funchal consciencializar a comunidade para os valores da partilha e a solidariedade; 6 - A atribuição dos apoios financeiros tem em consideração o plano de atividades ou projetos apresentados pelas entidades ou pessoas individuais, bem como o serviço público prestado ao Concelho do Funchal; 7 - A verba atribuída pela presente deliberação tem cabimento 2101/2017. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas o) e u) do

nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividade de Interesse Municipal delibera a atribuição, para o ano de 2017, o apoio financeiro de € 750,00 para ajudar à realização do Concerto Solidário “DiFErente”.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- - **Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar de São**

**Martinho**: - Subscrita pela Senhora Vereadora da Mudança, Madalena Nunes, foi presente a proposta de deliberação que se transcreve:-----

---“Considerando que: 1. Conforme o estatuído na alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constituem incumbências das câmaras municipais apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; 2. Nos termos da alínea o) da mesma Lei, compete igualmente à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; 3 – Nos termos do nº 2, do artº. 7º do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal, o prazo estabelecido no nº 1 desta norma, pode ser dispensado nos pedidos de apoio a projetos e atividades

cuja ocorrência não era expetável até à data ali estipulada, e podem ser apresentados ao Município do Funchal a todo o tempo, desde que razões de interesse municipal devidamente fundamentadas o justifiquem; 4 – A Professora Virgínia Maria Pestana Lopes, o Sr. José Nélio Serrão e a D. Zita Marília Escórcio Cunha entregaram um pedido de apoio financeiro para a realização de uma visita de estudo a Lisboa de alunos do 4º ano, Turma A, da Escola Básica do 1º. Ciclo com Pré-Escolar de São Martinho, cumprindo o previsto no nº 2 do artº. 7º. do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal, conforme comprovado em documentos anexos; 5 – A realização deste tipo de vistas de estudo permite o despertar nos alunos do gosto pela história e os valores da cidadania, articular as aprendizagens em sala de aula com a vida real e, entre outros valores, permite desenvolver a interação social e a aquisição de atitudes; 6 - A atribuição dos apoios financeiros tem em consideração o plano de atividades ou projetos apresentados pelas entidades ou pessoas individuais, bem como o serviço público prestado ao Concelho do Funchal. 7 – A verba atribuída pela presente deliberação tem cabimento 2189/2017. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas o) e u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividade de Interesse Municipal delibere a

atribuição, para o ano de 2017, o apoio financeiro de € 650,00, para apoio à deslocação a Lisboa dos alunos do 4.º Ano Turma A, da Escola Básica do 1.º, Ciclo com Pré-Escolar de São Martinho”.---  
--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

#### **4 – CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO:**-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração de Espaços no Parque de Santa Catarina:** - Perante a informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento (refª 20/D CPA/2017), sobre a falta da entrega de documentos de habilitação e consequente caducidade da adjudicação, por parte do adjudicatário dos espaços no Parque de Santa Catarina, no prazo fixado no programa de procedimento, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar à concorrente classificada em segundo lugar, Jéssica Denise Moniz Ramos, pelo valor mensal de € 2.167,00 (dois mil cento e sessenta e sete euros).-----

--- - Os Vereadores Luís Miguel Rosa e Artur Andrade, do CDS/PP e CDU, respetivamente, não participaram na discussão e votação do processo que se segue (Processo de Inquérito).-----

#### **5 – PESSOAL:**-----

-----**5.1 – Processo de Inquérito:** - Em face do Processo de Inquérito (nº 06/2016), relativo à “informação da Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo (nº 10685/2016), relacionado com reclamação apresentada por munícipe, sobre a cedência de chaves das instalações da CMF - Polidesportivo da Nazaré, ao Clube Desportivo Barreirense”, a Câmara deliberou, por

unanimidade, arquivar o referido processo, nos termos e com os fundamentos do Relatório Final.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 158/2017, publicada nos locais de estilo.